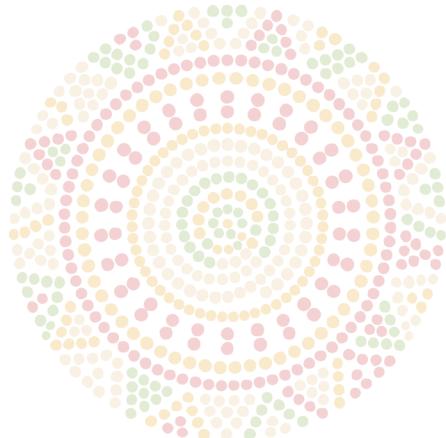


# PAC | 13.ª Conferência Pan-Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Fiscalidade



## Tema:

Homenagear um Legado, Construir um

## Futuro:

Uma Década do Relatório do HLP



7–10 de Outubro de 2025



Joanesburgo, África do Sul

**Declaração Final**

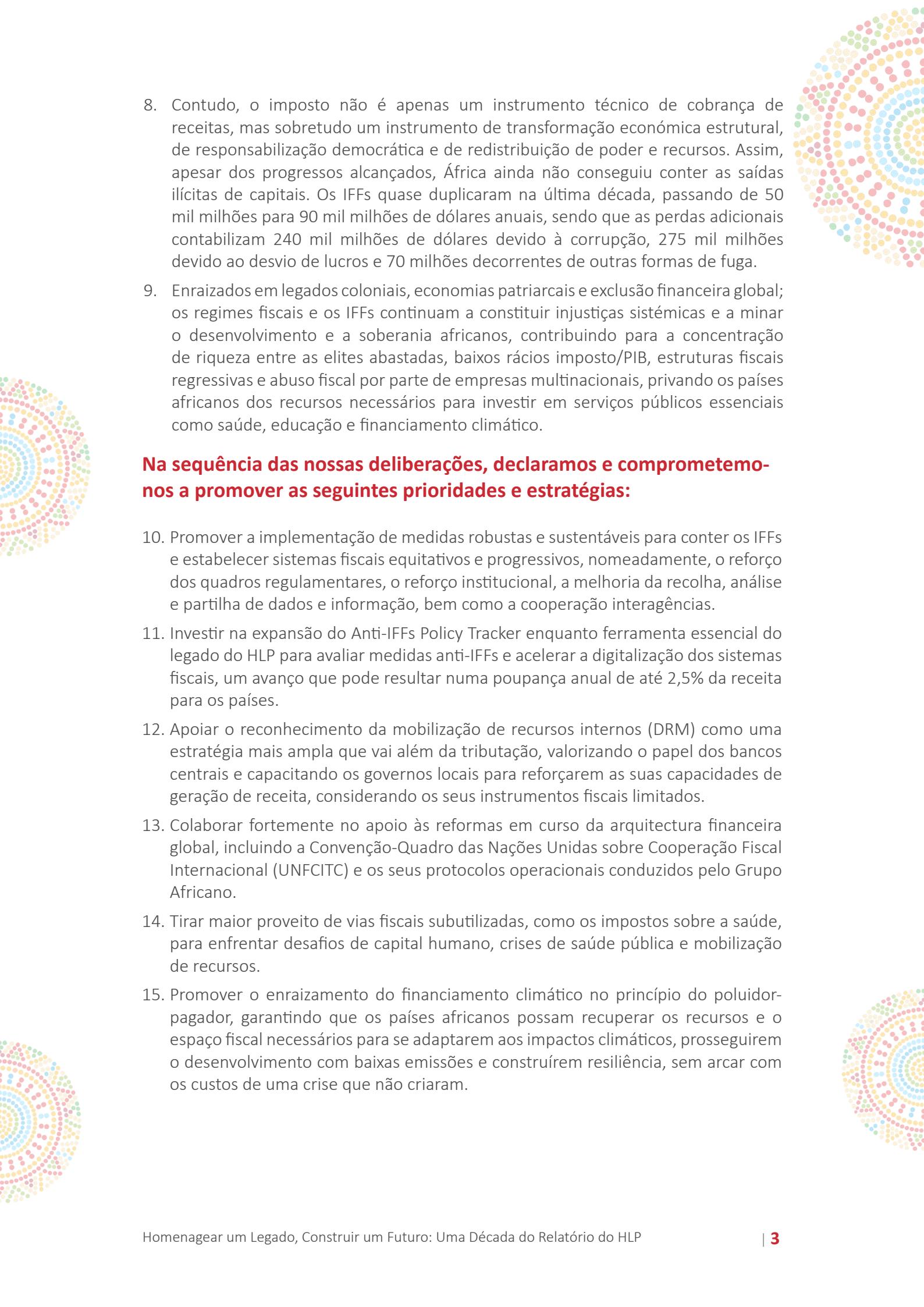
# Preâmbulo

---

- 
- 
- 
1. Nós, os delegados da 13.<sup>a</sup> Conferência Pan-Africana sobre Fluxos Financeiros Ilícitos e Fiscalidade (PAC), grupo composto por membros do Painel de Alto Nível (HLP) sobre Fluxos Financeiros Ilícitos em África, representantes da Comissão da União Africana, representantes de diversas agências intergovernamentais, representantes de organismos governamentais, representantes de organizações da sociedade civil, representantes do meio académico e representantes da comunicação social, organizámos um encontro em Joanesburgo, África do Sul, de 7 a 10 de Outubro de 2025.
  2. Reunimo-nos para reafirmar o nosso compromisso colectivo em avançar a justiça fiscal, conter os fluxos financeiros ilícitos (IFFs) provenientes de África e transformar a arquitectura fiscal africana. Nas nossas pujantes deliberações, reflectimos sobre o tema **Homenagear um Legado, Construir um Futuro: Uma Década do Relatório do HLP**.
  3. A caminhada para combater a maciça e longamente ocultada hemorragia de recursos africanos acelerou-se em 2010, quando as Reuniões Anuais conjuntas da Conferência de Ministros da Economia e Finanças da União Africana e da Conferência de Ministros Africanos das Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica das Nações Unidas para África assumiram o compromisso de implementar fortes medidas económicas e de governação para enfrentar os IFFs em África.
  4. Em 2015, o relatório do Painel de Alto Nível sobre IFFs em África foi lançado, marcando um momento decisivo na luta de África contra os fluxos financeiros ilícitos em todas as suas formas. O relatório lançou uma base sólida para uma ação política audaz e uma consistente advocacia continental.
  5. Dez anos após o lançamento do Relatório do HLP, reunimo-nos para honrar o seu legado, avaliar o progresso e traçar um caminho arrojado a seguir; alicerçados na justiça, equidade e soberania. A 13.<sup>a</sup> PAC constituiu uma oportunidade para renovar o compromisso com a visão do HLP e impulsionar uma mudança transformadora na arquitectura financeira global.

## Nas nossas deliberações, documentámos o seguinte:

- 
6. O relatório do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos em África continua a ser um documento de referência de respaldo à advocacia, à reforma de políticas e à cooperação regional na luta contra os fluxos financeiros ilícitos.
  7. O relatório do HLP influenciou quadros normativos globais, tais como: a meta internacional de reduzir os IFFs em 15,4%; o quadro e a metodologia da UNCTAD para definir e medir os IFFs; e, mais recentemente, o Anti-IFFs Policy Tracker, que constitui uma ferramenta potente para monitorizar o progresso na implementação de políticas de combate aos IFFs.

- 
8. Contudo, o imposto não é apenas um instrumento técnico de cobrança de receitas, mas sobretudo um instrumento de transformação económica estrutural, de responsabilização democrática e de redistribuição de poder e recursos. Assim, apesar dos progressos alcançados, África ainda não conseguiu conter as saídas ilícitas de capitais. Os IFFs quase duplicaram na última década, passando de 50 mil milhões para 90 mil milhões de dólares anuais, sendo que as perdas adicionais contabilizam 240 mil milhões de dólares devido à corrupção, 275 mil milhões devido ao desvio de lucros e 70 milhões decorrentes de outras formas de fuga.
  9. Enraizados em legados coloniais, economias patriarcais e exclusão financeira global; os regimes fiscais e os IFFs continuam a constituir injustiças sistémicas e a minar o desenvolvimento e a soberania africanas, contribuindo para a concentração de riqueza entre as elites abastadas, baixos rácios imposto/PIB, estruturas fiscais regressivas e abuso fiscal por parte de empresas multinacionais, privando os países africanos dos recursos necessários para investir em serviços públicos essenciais como saúde, educação e financiamento climático.

### **Na sequência das nossas deliberações, declaramos e comprometemos-nos a promover as seguintes prioridades e estratégias:**

10. Promover a implementação de medidas robustas e sustentáveis para conter os IFFs e estabelecer sistemas fiscais equitativos e progressivos, nomeadamente, o reforço dos quadros regulamentares, o reforço institucional, a melhoria da recolha, análise e partilha de dados e informação, bem como a cooperação interagências.
11. Investir na expansão do Anti-IFFs Policy Tracker enquanto ferramenta essencial do legado do HLP para avaliar medidas anti-IFFs e acelerar a digitalização dos sistemas fiscais, um avanço que pode resultar numa poupança anual de até 2,5% da receita para os países.
12. Apoiar o reconhecimento da mobilização de recursos internos (DRM) como uma estratégia mais ampla que vai além da tributação, valorizando o papel dos bancos centrais e capacitando os governos locais para reforçarem as suas capacidades de geração de receita, considerando os seus instrumentos fiscais limitados.
13. Colaborar fortemente no apoio às reformas em curso da arquitectura financeira global, incluindo a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional (UNFCITC) e os seus protocolos operacionais conduzidos pelo Grupo Africano.
14. Tirar maior proveito de vias fiscais subutilizadas, como os impostos sobre a saúde, para enfrentar desafios de capital humano, crises de saúde pública e mobilização de recursos.
15. Promover o enraizamento do financiamento climático no princípio do poluidor-pagador, garantindo que os países africanos possam recuperar os recursos e o espaço fiscal necessários para se adaptarem aos impactos climáticos, prosseguirem o desenvolvimento com baixas emissões e construírem resiliência, sem arcar com os custos de uma crise que não criaram.

- 
- 
16. Promover uma colaboração e coordenação mais fortes entre instituições nacionais e regionais, assente na confiança mútua, partilha de dados e informação, incentivando a harmonização, transparência e integração regional transfronteiriça para combater mais eficazmente os crimes financeiros e brechas regulamentares.
  17. Alinhar as políticas fiscais com a agenda de industrialização africana, promovendo a criação de emprego, a agregação de valor e a propriedade local. Os incentivos fiscais devem centrar-se em sectores que reforcem a capacidade produtiva doméstica.
  18. Avançar a agenda de justiça fiscal e manter o impulso em torno do Relatório do Painel de Alto Nível (HLP) sobre Fluxos Financeiros Ilícitos (IFFs), fomentando o diálogo significativo, soluções inovadoras e uma solidariedade firme e contínua.

# Conclusão

19. Sistemas fiscais equitativos são decisivos para financiar bens públicos, construir Estados responsáveis perante os cidadãos e impulsionar a industrialização. A justiça fiscal é, inegavelmente, a base da paz, da segurança e do desenvolvimento inclusivo. Afirmamos o nosso direito a participar na definição das normas fiscais globais e exigimos uma participação significativa de África na governação financeira internacional.
20. Perante a dinâmica geopolítica em constante mudança, devemos reflectir profundamente sobre aquilo que podemos fazer autonomamente para reforçar a mobilização de recursos internos (DRM) e travar a saída de capitais através de IFFs. As respostas não se encontram apenas nas negociações globais, mas em acções ousadas e coordenadas entre múltiplas instituições africanas. O sonho de um continente unido e próspero está ao nosso alcance e requer excelência. Não apenas reflexão, mas acção concreta.
21. Le rêve d'un continent uni et prospère est à portée de main, mais il exige de l'excellence : non pas seulement de la réflexion, mais une action concrète. Cette déclaration marque un tournant : nous honorons l'héritage du rapport du GHN et nous engageons à bâtir un avenir où la richesse de l'Afrique profitera à ses peuples, et non à des intérêts extérieurs.

## PAC|13<sup>th</sup> Pan-African Conference on Illicit Financial Flows and Taxation

Honouring a Legacy, Building a Future

7-10, Oct 2025 Johannesburg, South Africa

**Declaração adoptada em 10 de Outubro de 2025,  
em Joanesburgo, África do Sul.**

Parceiros PAC





**Tax Justice Network Africa (TJNA)**

Jaflo Brookside | House No: 3 | 106 Brookside

Drive | Westlands

P. O. Box 25112-00100 | Nairobi | KENYA

[www.taxjusticeafrica.net](http://www.taxjusticeafrica.net)

